

População e imigração no Brasil (1808-1920)*

Population and immigration to Brazil (1808-1920)

Tarcísio Rodrigues Botelho**

Resumo: A demografia da imigração para o Brasil no século XIX e nos princípios do XX é aqui abordada em um duplo esforço. De um lado, apresento estimativas anuais da população utilizando estatísticas já disponíveis e apresentando novas evidências. De outro lado, comparo as estimativas do tráfico transatlântico de escravos e da imigração livre de europeus e asiáticos. O objetivo é dar uma visão mais sistematizada e abrangente do peso da migração estrangeira na composição populacional brasileira ao longo desse período. Conclui-se que a imigração é um componente fundamental para o evoluir da população brasileira na primeira metade do século XIX, mas nessa conjuntura ela foi sobretudo de africanos escravizados. A migração europeia e asiática para o Brasil teve grande visibilidade no período posterior, mas não teve o mesmo impacto demográfico observado anteriormente, pois incidiu sobre estoque populacional muito maior do que o anterior.

Palavras-chave: População. Imigração. Tráfico de escravos.

Abstract: The demography of immigration to Brazil in the 19th and 20th centuries is addressed here in a double effort. On the one hand, I present annual estimative of population, using existing accounts but also showing new evidences. On the other hand, I put side by side the annual amount of people introduced by transatlantic slave trade and by the free migration of Europeans and Asians. The goal is to give a more systematized and comprehensive view of the weight of foreign migration in the population composition. It is concluded that immigration is a fundamental component of the Brazilian population evolution in the first half of the 19th century, but at

* Submissão: 17/05/2024 | Aprovação: 25/10/2024 | DOI: 10.29182/hehe.v28i1.983

** Departamento de História, UFMG, Brasil | ORCID: 0000-0002-9726-8825 | E-mail: tarcisio.botelho@gmail.com



this moment it was composed mainly by enslaved Africans. European and Asian migration to Brazil had great visibility in the later period, but it did not have the same demographic impact as previously observed, as it affected a much larger population stock than the previous one.

Keywords: Population. Immigration. Slave trade. Brazil.

JEL: J61. N36. R23.

Introdução

Ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a população brasileira cresceu a taxas bastante elevadas, passando de cerca de 2 milhões de habitantes em 1800 para mais de 30 milhões em 1920. Boa parte desse crescimento deveu-se à imigração. Embora esse tema seja bastante estudado na historiografia e nas ciências sociais brasileiras, ele é pouco abordado de um ponto de vista estritamente demográfico. Além disso, nem sempre o tráfico transatlântico de africanos escravizados é encarado como um processo migratório. Embora seja uma migração obviamente forçada, ela gera os mesmos efeitos demográficos das migrações espontâneas ou de indivíduos formalmente livres, determinados pelas características do grupo imigratório.

O estudo da imigração para o Brasil de um ponto de vista estritamente demográfico é ainda dificultado pelas limitações dos dados disponíveis. As estimativas populacionais para o século XIX são escassas e pouco confiáveis. Para períodos anteriores ao censo de 1872, é necessário recorrer a dados esparsos e muitas vezes contraditórios. As estimativas de migração são um pouco mais confiáveis, sobretudo em função dos avanços nas pesquisas sobre o tráfico e sobre a migração europeia. Mesmo assim, elas carecem de maior sistematicidade, e para alguns períodos as estatísticas disponíveis são claramente insuficientes.

O objetivo deste trabalho é apresentar os resultados de um duplo esforço. De um lado, pretendo construir estimativas populacionais para o Brasil ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX lançando mão tanto das estatísticas já correntemente utilizados pela história econômica e demográfica quanto de novos dados resultantes de pesquisas em arquivos ou em fontes dispersas. De outro lado, pretendo apresentar as estatísticas migratórias disponíveis, colocando lado a lado as informações sobre o tráfico transatlântico de escravos e sobre a imigração livre para o Brasil. O propósito é integrar os dois conjuntos de dados de modo a ter uma visão mais sistematizada e abrangente do peso da migração estrangeira na composição populacional brasileira ao longo do período em foco.

Para tanto, inicio com uma discussão sobre as estatísticas populacionais disponíveis para o Brasil desde 1808 até 1920, abordando as fontes de informação e os estudos que as utilizaram. Em seguida, analiso a imigração para a América portuguesa, e depois Brasil, enfocando a dinâmica

que marca o tráfico atlântico de africanos escravizados e a migração europeia desde o início da colonização, mas preocupando-me sobretudo com o período posterior à chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808. Após estabelecer esses dois conjuntos de estatísticas populacionais (total de habitantes e total de imigrantes por ano), contraponho seus resultados para apontar as taxas brutas de imigração por ano, discriminando entre escravizados e livres. Concluo com uma série de observações sintéticas derivadas dos achados aqui expostos.

1. A população brasileira do século XIX ao início do século XX

O primeiro censo nacional brasileiro foi realizado em 1872, depois de uma tentativa frustrada no início da década de 1850. O Estado imperial brasileiro esperava realizar outro recenseamento em 1882, mas restrições orçamentárias e, em seguida, a crise do regime imperial fizeram com que apenas em 1890, já no regime republicano, isso acontecesse. Em seguida, ocorreram os censos de 1900 e de 1920, antes que se iniciasse a série decenal conduzida pelo IBGE a partir de 1940.¹ De modo geral, considera-se que os censos de 1872 e de 1920 apresentam resultados bastante consistentes e de boa qualidade. Se considerarmos as dificuldades de ordem prática enfrentadas por ambos, dadas as limitações orçamentárias, burocráticas, de transporte e de comunicação, esses dois censos são documentos preciosos acerca da demografia e da economia de suas épocas. A essas singularidades deve-se acrescentar o fato de que o censo de 1872 foi o único realizado ainda sob a ordem escravista e que o censo de 1920 também incluiu os primeiros censos econômicos brasileiros. Isso faz com que sejam ambos utilizados com relativa intensidade por historiadores e economistas interessados no período temporal coberto por eles.²

¹ Para uma história dos censos brasileiros, ver Botelho (1998, 2002, 2005), Senra (2006a, 2006b, 2008, 2009) e Camargo (2015, 2016).

² O censo de 1872, por trazer a população escrava, é mais intensivamente utilizado que o de 1920, apesar de este último apresentar uma riqueza maior de dados, abrindo espaço para análises mais complexas e aprofundadas. Como exemplos de trabalhos que utilizaram esses censos, cito, entre outros, Paiva e Rodarte (2013), Furtado, Botelho e Castro (2010), Monastério e Reis (2010) e Reis (2014).

Para períodos anteriores a 1872, temos apenas estatísticas incompletas ou meras estimativas. As estatísticas disponíveis apresentam inúmeros problemas. As limitações do Estado português e, posteriormente, brasileiro levavam ao uso de uma “burocracia” multifuncional, composta o mais das vezes por cidadãos não remunerados para os cargos que ocupavam apenas como parte de suas práticas de exercício do poder local. Esses cidadãos recebiam a incumbência de fazer as estatísticas locais sem necessariamente terem dotação orçamentária ou pessoal qualificado para isso, o que resultava em trabalhos com diferentes graus de qualidade. A ausência de data de referência para o inquérito censitário e a falta de preocupação com a área de abrangência da estatística a ser elaborada faziam com que se tornasse bastante elevada a possibilidade de ocorrerem superposições, contagens duplas ou, ao contrário, ausências de cobertura total. Completa esse quadro o fato de que essa produção estatística se distribuiu de maneira muito desigual ao longo do território da América portuguesa, posteriormente Brasil, tanto do ponto de vista temporal quanto espacial. Em relação ao tempo, encontramos estatísticas minimamente confiáveis apenas a partir da segunda metade do século XVIII, e com maior frequência para as quatro primeiras décadas do século XIX. Quanto ao espaço, as capitanias e províncias apresentam uma enorme desigualdade na produção dessas estatísticas, indo desde o caso de São Paulo, que produziu listas de habitantes (chamados “maços de população”) em praticamente todos os anos de 1765 a 1836, até o caso de Bahia ou Pernambuco, que produziram apenas alguns poucos levantamentos locais. Para períodos anteriores a 1765, contamos com meras estimativas ou com listas de habitantes ou mapas de população pontuais, que não permitem análises demográficas e econômicas muito acuradas. Mesmo para o século XIX, há momentos em que temos somente estimativas visivelmente grosseiras, como pretendo apresentar e discutir adiante.

Essas diferenças na qualidade das estatísticas demográficas fizeram com que Maria Luiza Marcílio (1974b; 1986) propusesse uma terminologia para o período conforme suas características: até meados do século XVIII teríamos um período pré-estatístico, em que contaríamos apenas com estimativas; de meados do século XVIII até 1872 teríamos o período protoestatístico, em que já podemos contar com dados mais confiáveis e mais abundantes, embora ainda incompletos; e a partir de 1872 teríamos

o período estatístico, quando contaríamos com censos nacionais realizados segundo princípios modernos (abrangência nacional, data de referência, áreas mínimas comparáveis, orçamento e burocracia específicas etc.). O período protoestatístico foi extensamente pesquisado desde o estabelecimento da demografia histórica brasileira na década de 1970, destacando-se os estudos sobre o século XIX. Mais recentemente, uma renovada onda de estudos da área tem se voltado para a segunda metade do século XVIII quando os esforços do Estado português resultaram em abundante material sobre a população da América portuguesa.³

Esses problemas com as estatísticas anteriores ao censo de 1872 chamaram a atenção dos estudiosos desde o século XIX. Quando o governo imperial brasileiro decidiu realizar o censo, encomendou a Joaquim Norberto de Souza e Silva, um alto burocrata da corte e intelectual ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que elaborasse um estudo sobre a população brasileira no passado. O trabalho, intitulado *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*, foi publicado como anexo ao *Relatório da Repartição dos Negócios do Império de 1870* (Silva, 1986). Como o próprio nome diz, o autor compilou os dados de que dispunha sobre a população total da América Portuguesa e do Império brasileiro, além de elaborar pequenos relatos das estimativas disponíveis para cada província. Já nesse relatório eram apontados alguns problemas que poderiam comprometer os dados obtidos. Mesmo assim, o autor apresentou uma série de estimativas totais para a população brasileira entre 1776 e 1869.

O relatório de Joaquim Norberto de Souza e Silva serviu de base para o *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*, texto sem atribuição de autoria incluído no volume introdutório ao censo de 1920 (DGE, 1986). Esse material rearranjava os dados coletados por Souza e Silva, acrescentando os dados dos censos de 1872, 1890 e 1900, mas também incorporando duas séries de estimativas para o início do século XIX: uma de 1808 (com valores diferentes da que Souza e Silva havia publicado

³ Sobre as obras pioneiras da demografia histórica brasileira, ver, por exemplo, Marcílio (1974a; 2000) e Costa (1981). Um quadro geral dessa nova onda de estudos demográficos sobre o século XVIII pode ser visto nos números temáticos dos *Anais de História de Além-mar* (v. XVI, 2017) e da *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* (n. 3, v. 34, 2017).

e que incluí adiante na Tabela 2) e outra de 1823, ambas publicadas em 1896 no volume 78 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e de autoria desconhecida (Anônimo, 1896). Essas estimativas são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Cálculos gerais da população brasileira (1776-1869)

Ano	Autoridade	População
1776	Abade Corrêa da Serra	1.900.000
1808	D. Rodrigo de Souza Coutinho	4.000.000
1808	Anônimo	2.419.406
1810	Alexandre von Humboldt	4.000.000
1815	Conselheiro Velloso de Oliveira	2.860.525
1817	Henry Hill	3.300.000
1819	Conselheiro Velloso de Oliveira	4.396.132
1823	Anônimo	3.960.866
1825	Casado Giraldes	5.000.000
1827	Rugendas	3.758.000
1829	Adrianno Balbi	2.617.900
1830	Malte-Brun	5.340.000
1834	Senador José Saturnino	3.800.000
1850	Senador Candido Baptista	8.000.000
1856	Barão do Bom Retiro	7.677.800
1867	O Império do Brasil na Exposição etc.	11.780.000
1868	Candido Mendes	11.030.000
1869	Senador T. Pompeu de Souza Brazil	10.415.000

Fonte: Silva (1986, p. 167); DGE (1986, p. 172).

Na década de 1930, outro cenário político-institucional permitiu que se avançasse no estudo do passado demográfico brasileiro. O governo Getúlio Vargas criou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), agência estatal destinada, entre outros fins, a realizar os censos decenais. Para trabalhar como consultor do censo de 1940, mas também qualificar o corpo técnico brasileiro, contratou o estatístico italiano Giorgio Mortara, perseguido em seu país por suas origens judaicas. Giorgio Mortara

ajudou a organizar o censo de 1940, que pôde ser conduzido em condições excepcionais para a época e o país. Mas ele também se empenhou em estudar a população brasileira, com especial cuidado na reconstrução de séries históricas. Ao longo da década de 1940, ele publicou na *Revista Brasileira de Estatística* (que ajudou a fundar no IBGE) um conjunto de artigos em que divulgava seus achados. Em um artigo de 1941, ele incluiu uma tabela com “a população média por nós calculada para cada um dos 150 anos precedentes ao censo de 1920” (Mortara, 1941, p. 42-3). Seu objetivo era, com essa reconstituição anual da população, estimar a taxa de natalidade e as taxas de mortalidade nas várias idades para poder retificar a estrutura etária do censo de 1920. A série, iniciada em 1770-1771, usou os censos de 1920, 1890 e 1872 e as estimativas de 1830 e 1808.

Tanto as estimativas de Joaquim Norberto de Souza e Silva, de 1870, e do *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*, de 1920, quanto os cálculos de Mortara realizados em 1941 foram extensivamente utilizados nas análises demográficas e econômicas do passado brasileiro. Thomas Merrick e Douglas Graham (1981, p. 46-51) utilizaram tanto as estimativas anteriores a 1872 quanto as séries construídas por Mortara para discutirem a dinâmica do crescimento populacional brasileiro. Entretanto, para o início da sua análise, preferiram adotar uma estimativa de 1798 atribuída a uma fonte usada por Contreiras Rodrigues (1935) e denominada Santa Apolonia, mesmo não encontrando a referência precisa a essa fonte.⁴ E reconhecem que para o período posterior a 1850 Mortara seguiria sendo a fonte mais rica de dados. Maria Luiza Marcílio (1986; 1999) e Altiva Pilatti Balhana (1986) também se valeram extensamente dessas três fontes de dados – Silva (1986), DGE (1986), Mortara (1941) –, embora tenham considerado valores alternativos aos de Mortara (1941), sobretudo para 1808. Mas a mais completa compilação dessas estimativas anteriores a 1872 certamente é o trabalho de Paiva, Carvalho e Leite (1990); todavia, mantendo o espírito de obra de referência, as diversas estimativas foram apenas colocadas lado a lado.

Atualmente, os avanços no campo específico da demografia histórica permitem que se reveja tal quadro do conhecimento que, conforme reconheciam esses autores pioneiros, era ainda falho e impreciso. Desde os

⁴ Para uma crítica mais abrangente à obra de Contreiras Rodrigues, embora enfocando outro período histórico, ver Carrara (2014).

anos 1990 houve um enorme esforço de organização e disseminação de informação arquivística e bibliográfica. A principal mudança quanto ao acesso a informações históricas foi a disseminação do uso de tecnologias de digitalização de imagens e sua disponibilidade na internet com ferramentas de busca eficazes. Hoje é possível acessar de forma rápida e fácil alguns importantes acervos documentais manuscritos. Ao mesmo tempo, os processos de digitalização de acervos bibliográficos raros tornaram mais ágeis as buscas por obras publicadas décadas ou séculos atrás. Muitas obras citadas em trabalhos antigos e que demandavam pesquisas prolongadas (e muitas vezes infrutíferas) em bibliotecas de obras raras hoje podem ser acessadas em bibliotecas digitais *online*. Em vista disso, torna-se viável e desejável que se proceda à revisão dos estudos pioneiros citados anteriormente. Seu pioneirismo permanece importante porque eles mapearam as fontes de dados disponíveis no momento em que foram produzidos. Mas hoje é possível refazer o caminho percorrido por eles de forma mais sistemática e segura, além de se poder acrescentar ou mesmo substituir determinadas referências documentais consideradas imprecisas ou incompletas.

Nesse ponto, chegamos ao que quero focar no trabalho de Giorgio Mortara e que inicia minha divergência com suas estimativas de população para o Brasil, com consequentes reflexos nos estudos que nelas se basearam. Trata-se dos dados que ele usou para o total da população brasileira em 1808 e em 1830. Para 1808, os números foram retirados do *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*, publicado com o censo de 1920. A publicação apresenta dois valores para a população nessa data: uma atribuída a D. Rodrigo de Souza Coutinho, que estimava a população da América Portuguesa em 4 milhões de habitantes; e a nova estimativa, de 2,4 milhões, que aparece no texto de autoria anônima publicado na revista do IHGB em 1896. Mortara (1941) optou pela cifra de 4 milhões, corroborando a análise que os autores do relatório de 1920 fizeram, tomando essa como a cifra mais acertada. Entretanto, considero que esse valor superestima o total da população da América portuguesa à época, tomando-a como muito superior à da própria metrópole. O esforço de D. Rodrigo de Souza Coutinho em referendar esse dado está estreitamente ligado ao seu interesse em enfatizar o papel cada vez mais destacado do Brasil no império português e o lugar especial que ele deveria ocupar no futuro (Barman, 1988). Além disso, uma estimativa populacional mais

conservadora para essa data apresenta maior consistência com outras evidências demográficas para o período, sobretudo os novos números para o volume do tráfico de escravos no século XIX e as novas evidências para a população total, notadamente na década de 1830. Assim, proponho que se adote o total apresentado no texto anônimo publicado em 1896 na revista do IHGB e citado anteriormente (Anônimo, 1896). Nessa estimativa, a população brasileira seria da ordem de 2.424.463 habitantes e está distribuída entre as diversas províncias.⁵ Utilizando fontes de dados provinciais para períodos próximos, é possível estimar os totais de livres e cativos de cada província, bem como a distribuição por sexo de cada um desses segmentos.⁶ Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Estimativas da população por sexo e condição social (Brasil, 1808)

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de Sexo	N	%	Razão de Sexo	N	%	
Corte	104	26954	52,05	144	24831	47,95	51785
Rio de Janeiro	103	84534	46,12	168	98760	53,88	183294
Minas Gerais	98	235041	67,15	152	114959	32,85	350000
São Paulo	91	130813	75,52	124	42412	24,48	173225
Paraná	91	22215	81,73	101	4967	18,27	27183
Santa Catarina	93	29774	76,96	179	8913	23,04	38687
Rio Grande do Sul	106	60689	69,62	178	26478	30,38	87167
Espírito Santo	99	44950	64,01	115	25269	35,99	70219
Bahia	98	228388	67,98	148	107573	32,02	335961
Sergipe	101	61235	81,58	118	13826	18,42	75061
Alagoas	102	90438	77,96	143	25562	22,04	116000
Pernambuco	98	173035	70,84	148	71242	29,16	244277
Paraíba	99	74776	78,56	107	20406	21,44	95182

(continua)

⁵ Deve-se destacar que Marcílio (1986) já chama a atenção para essa estimativa e Paiva, Carvalho e Leite (1990) já a incluem no seu rol de estimativas.

⁶ Acerca dos procedimentos adotados para estimar as populações provinciais de 1808, ver Botelho (1998, Anexo I). Sobre as estatísticas provinciais disponíveis para o Brasil ao longo do século XIX, ver Botelho (1998, Anexo II).

Tabela 2 – Estimativas da população por sexo e condição social (Brasil, 1808)

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de Sexo	N	%	Razão de Sexo	N	%	
Rio Grande do Norte	100	41719	83,44	109	8281	16,56	50000
Ceará	96	135062	84,41	110	24938	15,59	160000
Piauí	111	47884	68,41	120	22116	31,59	70000
Maranhão	108	68082	56,73	124	51918	43,27	120000
Pará	88	54792	70,46	105	22972	29,54	77764
Amazonas	101	10836	59,42	96	7400	40,58	18236
Mato Grosso	90	14095	56,38	190	10905	43,62	25000
Goiás	85	35181	63,48	144	20241	36,52	55422
Brasil	98	1670492	68,9	141	753971	31,1	2424463

Fonte: Paiva, Carvalho e Leite (1990, p. 31).

A segunda revisão que proponho às estimativas de Mortara (1941) refere-se à população total dada por Malte-Brum no *Tableaux statistiques du Brésil*, contido no *Traité Élémentaire de Géographie* (Malte-Brum, 1830, p. 646-7). Como é comum às obras do período, não há referências à fonte original. As estimativas são distribuídas conforme as províncias e são bastante grosseiras, limitando-se a informar os totais de habitantes em milhares. Entretanto, uma série de avanços recentes nos estudos da demografia histórica brasileira permite que se substitua esse valor impreciso (5.340.00 habitantes) por estimativas melhores, derivadas de novas fontes descobertas ou da revisão daquilo que já se conhecia. A década de 1830 foi especialmente rica em esforços para contar a população a partir de iniciativas provinciais, estimuladas ou não pelo governo imperial. Na Tabela 3, apresento uma série dessas estimativas próximas aos anos centrais da década. Para as províncias sem estatísticas nessas datas, calculei o valor para 1835 a partir de interpolações ou extrapolações dos dados disponíveis.⁷ Nesse novo cálculo, a população brasileira em 1835 (ano adotado como referência para os ajustes) seria de 3.972.723 habitantes.

⁷ Sobre as estatísticas provinciais disponíveis para as décadas em torno de 1830, ver Botelho (1998, Anexo II).

Giorgio Mortara e todos os que o seguiram sempre tiveram que lidar com o amplo interregno entre a década de 1830 e o censo de 1872. As estimativas disponíveis para as décadas de 1850 e 1860 eram claramente grosseiras e subestimavam a população brasileira, como ficou comprovado quando vieram à luz os resultados do censo de 1872. Entretanto, a primeira metade da década de 1850 é decisiva para a compreensão da dinâmica populacional brasileira porque nela encerra-se o tráfico transatlântico de africanos escravizados, após o seu grande incremento que marcou a primeira metade do século XIX. Portanto, obter uma boa estimativa para a população brasileira nesse momento seria importante para que se possa avaliar com mais precisão a sua dinâmica. Recentemente, tornou-se disponível uma estimativa para a população brasileira em 1850 (Botelho, 2019), que apresento de forma adaptada na Tabela 4. A população total nesse momento seria de 5.913.192 habitantes.

Tabela 4 – População brasileira por sexo e condição social (Brasil, 1850)

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de Sexo	N	%	Razão de Sexo	N	%	
Corte	136	127.051	61,70	268	78.855	38,30	205.906
Rio de Janeiro	104	262.449	47,20	148	293.554	52,80	556.003
Minas Gerais	100	719.875	75,69	550	231.256	24,31	951.131
São Paulo	101	274.297	71,67	452	108.423	28,33	382.721
Paraná	99	54.400	86,51	1247	8.485	13,49	62.886
Santa Catarina	96	67.811	81,94	826	14.946	18,06	82.757
Rio Grande do Sul	101	168.099	79,94	719	42.170	20,06	210.269
Espírito Santo	96	28.312	71,38	484	11.349	28,62	39.662
Bahia	94	627.120	77,92	627	177.684	22,08	804.803
Sergipe	93	166.426	74,63	518	56.564	25,37	222.990
Alagoas	94	168.006	80,85	844	39.790	19,15	207.796
Pernambuco	94	567.500	75,65	551	182.700	24,35	750.200
Paraíba	99	183.920	86,56	1261	28.546	13,44	212.466
Rio Grande do Norte	101	101.995	85,77	1198	16.928	14,23	118.923
Ceará	98	331.201	92,97	2541	25.063	7,03	356.264
Piauí	105	146.944	88,88	1546	18.387	11,12	165.331

(continua)

Tabela 4 – População brasileira por sexo e condição social (Brasil, 1850)

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de Sexo	N	%	Razão de Sexo	N	%	
Maranhão	102	156.353	61,78	312	96.716	38,22	253.070
Pará	91	175.140	83,71	1033	34.073	16,29	209.213
Mato Grosso	133	21.947	66,84	313	10.886	33,16	32.833
Goiás	94	76.689	87,18	1310	11.282	12,82	87.971
Brasil	99	4.425.537	74,84	129	1.487.656	25,16	5.913.192

Fonte: Botelho (2019, p. 151).

Obs.: os dados do Amazonas estão incluídos na província do Pará.

Na Tabela 5, apresento o resultado do censo de 1872 distribuído pelas províncias e com a razão de sexos. O total (9.975.841) é diferente do valor registrado por Mortara (1941) (9.985.000) porque é resultado da revisão das tabelas paroquiais publicadas. Foi feita a digitação de todas as tabelas paroquiais e em seguida foram corrigidos os erros de impressão e de soma. Após essas correções, foram gerados novos totais paroquiais, provinciais e gerais.⁸

Tabela 5 – População brasileira por sexo e condição social (Brasil, 1872)

	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de Sexo	N	%	Razão de Sexo	N	%	
Corte	145	225943	69,58	319	98798	30,42	324741
Rio de Janeiro	109	490579	62,64	125	292637	37,36	783216
Minas Gerais	103	1669419	81,8	116	371362	18,2	2040781
São Paulo	105	681162	81,31	128	156602	18,69	837764
Paraná	104	107075	91,02	109	10560	8,98	117635
Santa Catarina	102	144818	90,36	125	15444	9,64	160262
Rio Grande do Sul	109	367102	84,41	111	67791	15,59	434893

(continua)

⁸ O trabalho de digitação e correção dos dados foi coordenado no Cedeplar/UFMG pelos professores Roberto Borges Martins e Clotilde Andrade Paiva, com o apoio do CNPq, Fapemig, Fundação João Pinheiro e Ipea. O professor Mario Rodarte tem dado continuidade a esse trabalho, publicando os resultados *online*: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72>. Acesso em: 16 maio 2024.

Tabela 5 – População brasileira por sexo e condição social (Brasil, 1872)

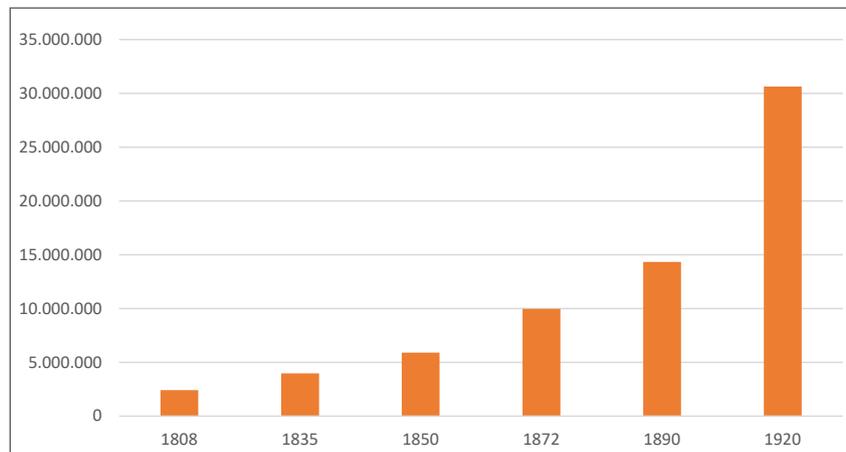
	Livres			Escravos			TOTAL
	Razão de Sexo	N	%	Razão de Sexo	N	%	
Espírito Santo	103	58241	71,99	110	22659	28,01	80900
Bahia	109	1212590	87,82	113	168231	12,18	1380821
Sergipe	94	154027	87,19	92	22623	12,81	176650
Alagoas	99	312268	89,73	100	35741	10,27	348009
Pernambuco	103	752390	89,43	112	88928	10,57	841318
Paraíba	102	354690	94,28	99	21516	5,72	376206
Rio Grande do Norte	104	220959	94,44	102	13010	5,56	233969
Ceará	104	691778	95,59	88	31913	4,41	723691
Piauí	103	178426	88,24	101	23776	11,76	202202
Maranhão	100	284038	79,12	97	74941	20,88	358979
Pará	108	247779	90,02	103	27463	9,98	275242
Amazonas	121	56631	98,3	99	979	1,7	57610
Mato Grosso	109	53790	88,97	120	6667	11,03	60457
Goiás	100	149843	93,36	102	10652	6,64	160495
Brasil	105	8413548	84,34	121	1562293	15,66	9975841

Fonte: Paiva, Carvalho e Leite (1990, p. 31).

O Gráfico 1 apresenta uma síntese das estimativas da população brasileira nesse período. A Tabela 6, além dos totais, mostra as taxas de crescimento anual entre os períodos, utilizando os novos valores para 1808, 1835 e 1850 e para o censo de 1872. Incluo ainda os censos de 1890 e 1920 que Mortara (1941) utilizou, usando os valores totais registrados em Paiva, Carvalho e Leite (1990, p. 33). Obviamente, as taxas de crescimento anual obtidas divergem daquelas calculadas por Mortara. Entre 1808 e 1830, Mortara (1941) calculou um crescimento anual da ordem de 1,28%, enquanto no meu novo cálculo ele é de 1,83% para o período que vai até 1835. Para o período entre 1830 e 1872, Mortara (1941) vê um incremento dessa taxa anual, que vai a 1,53%. No meu novo cálculo, ela se subdivide entre um crescimento de 2,65% ao ano entre 1835 e 1850 e de 2,38% ao ano para o período entre 1850 e 1872. Essas grandes diferenças devem-se às novas estimativas para 1808 e para a década de 1830,

de que lanço mão. Por outro lado, o diferencial observado entre os intervalos de 1835-1850 e 1850-1872 é reflexo do fim do tráfico transatlântico de africanos escravizados, conforme destacado anteriormente. Para os intervalos entre 1872, 1890 e 1920, as diferenças são muito pequenas e devem-se provavelmente à fórmula de cálculo de crescimento anual.⁹ Para o primeiro período, Mortara (1941) encontrou 1,96% de crescimento anual enquanto calculei 2,01%. Para o segundo período os valores encontrados são de 2,59% para Mortara (1941) e de 2,53% para o novo cálculo que realizei.

Gráfico 1 – Estimativas de população , Brasil, 1808-1920



Fonte: ver Tabela 5.

Tabela 5 – Estimativas da população (Brasil, 1808-1920)

Ano	População Total	Crescimento Anual Calculado	Crescimento Anual Mortara
1808	2.424.463		
1835	3.972.723	1,83	1,28
1850	5.913.192	2,65	
1872	9.975.841	2,38	1,53
1890	14.333.915	2,01	1,96
1920	30.635.605	2,53	2,59

Fonte: Tabela 2; Paiva, Carvalho e Leite (1990, p. 31-33).

⁹ Uso a taxa geométrica de crescimento anual (r), calculada a partir de: $P_t = P_0 \cdot e^{rt}$, onde: P_t é a população final, P_0 é a população inicial, r é a taxa de crescimento e t é o intervalo de tempo em anos entre P_0 e P_t .

2. A imigração para o Brasil

O propósito da construção dessas estimativas populacionais é obter uma série de taxas brutas de imigração para o Brasil, de modo a verificar o peso que a entrada de indivíduos no país teve na composição do seu crescimento anual. No período em estudo, há duas correntes migratórias principais: uma espontânea, vinda predominantemente da Europa; e outra forçada, vinda da África.¹⁰ Esta última predominou na primeira metade do século XIX, quando foi subitamente interrompida com o fim do tráfico transatlântico de africanos escravizados. A primeira foi pouco significativa na primeira metade do século XIX, mas gradativamente ganhou expressividade até seu ápice na última década do século XIX, continuando importante nas décadas iniciais do século XX. Discuto a seguir cada uma dessas modalidades de imigração, para depois traçar algumas interpretações sobre seu peso na conformação do crescimento populacional brasileiro no período em tela.

2.1 O tráfico transatlântico de africanos escravizados

O início da chegada dos africanos à América portuguesa é incerto, mas em começos da década de 1540 já existiam em número considerável. Os primeiros cronistas coloniais os incluíram em muitas das suas estimativas de população. Pero de Magalhães Gândavo calculava um total de 2 mil a 3 mil negros no Brasil em 1570, e em 1587 José de Anchieta fixava seu número em 14 mil (Johnson, 1998, p. 268). O avanço da colonização portuguesa com a expansão do cultivo de açúcar e a escassez progressiva de populações indígenas passíveis de escravização fizeram com que, já em finais do século XVI e princípios do século XVII, se estruturasse o tráfico atlântico de africanos escravizados.¹¹ A expansão da cana-de-açúcar sustentou o tráfico no século XVII, mas no século XVIII a descoberta do ouro incrementou ainda mais esse comércio de seres humanos. A crise da mineração aurífera não significou o arrefecimento do tráfico transatlântico.

¹⁰ Deve-se lembrar que há um outro componente no crescimento da América portuguesa e do Brasil imperial que é resultado do processo de aculturação de povos indígenas do território colonial/imperial, os quais aparecem nas tabelas populacionais de documentos de época como “índios” ou “caboclos”. Entretanto, estimar sua contribuição no crescimento da população brasileira é extremamente complexo e não será abordado aqui.

¹¹ Uma excelente descrição explicativa da “opção africana” pode ser encontrada em Schwartz (1988), parte I.

Ao contrário, o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX vão reforçar ainda mais os vínculos da economia brasileira com a mão de obra africana, que sustentará a expansão econômica do período e em seguida estará firmemente vinculado à implantação da cafeicultura no vale do Paraíba do Sul. O Brasil foi a região do mundo ocidental que mais recebeu cativos africanos e onde o tráfico perdurou por mais tempo. O tráfico transatlântico de cativos africanos é um tema central na historiografia brasileira,¹² mas pretendo ater-me aqui a questões estritamente demográficas, considerando o tráfico na sua dimensão de imigração forçada. O objetivo, portanto, é tentar nos aproximar de uma medida (quantitativa) da sua contribuição para o crescimento populacional brasileiro no século XIX.

Desde o trabalho pioneiro de Philip Curtin (1969) e as contínuas revisões estatísticas feitas por autores como Herbert Klein (1999), David Eltis (2000) e outros, avançou muito o conhecimento sobre a origem, o destino, o volume e as peculiaridades do tráfico atlântico de africanos escravizados. Atualmente, pode-se contar com a poderosa ferramenta do banco de dados do *Transatlantic Slave Trade Database*, que agrega e atualiza as mais recentes descobertas sobre o tema.¹³ Os dados aí disponíveis mostram mais de 5 milhões de africanos desembarcados na América portuguesa entre 1530 e 1856, correspondendo a 48,2% do total desses indivíduos levados escravizados para os continentes americano e europeu entre os séculos XVI e XIX. O século XIX caracterizou-se por assistir à vinda para o Brasil de 66,1% de todos os africanos traficados no Atlântico (Tabela 6). Se nos concentrarmos apenas no século XIX, vamos perceber que de modo geral o tráfico ganha vigor, ao longo dos anos, com exceção da primeira metade das décadas de 1830 e de 1840, quando a repressão ao tráfico decorrente do tratado com o Reino Unido provocou um declínio momentâneo dos volumes desembarcados no Brasil (Gráfico 2). Pretendo mostrar as entradas anuais, para poder mensurar seu peso na população

¹² Cito, a título de exemplo, Alencastro (2000) e Florentino (1997).

¹³ Disponível em: <<https://www.slavevoyages.org/>> (acesso em 23 setembro 2024). Os dados utilizados neste trabalho computam apenas o número de indivíduos desembarcados na América portuguesa. O banco de dados apresenta os dados de Portugal e Brasil reunidos. Portanto, para o século XVI, pode haver indivíduos que na verdade foram traficados para a metrópole portuguesa. Entretanto, seu volume pode ser considerado irrelevante diante da magnitude do tráfico para a América portuguesa durante todo o período analisado.

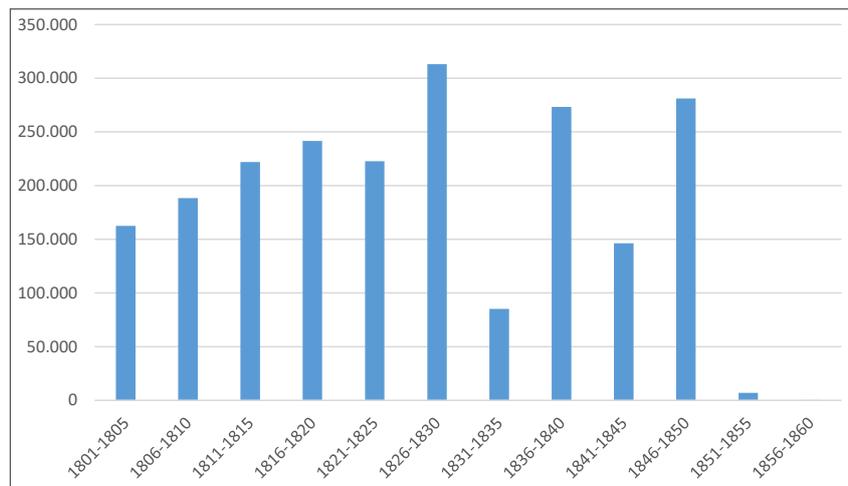
total. Antes, apresento uma visão geral da migração de pessoas livres para o Brasil.

Tabela 6 – Volume do tráfico de escravos africanos (Brasil, 1530-1856)

Século	Brasil		Totais
	N	%	
XVI (1530-1600)	104.684	57,01	183.630
XVII (1601-1700)	852.039	55,96	1.522.678
XVIII (1701-1800)	1.991.362	35,50	5.609.869
XIX (1801-1856)	2.143.678	66,05	3.245.540
Total	5.091.763	48,21	10.561.717

Fonte: *The Transatlantic Slave Trade Database* (www.slavevoyages.org). Acesso em: 23/09/2024.

Gráfico 2 – Volume do tráfico de africanos para o Brasil (1801-1856)



Fonte: *The Transatlantic Slave Trade Database* (www.slavevoyages.org). Acesso em 23/09/2024.

2.2 A imigração livre para o Brasil

A chegada dos primeiros europeus na América fez parte do seu processo de expansão através das longas navegações. Os portugueses, como se sabe, foram precursores desse movimento, embora seu interesse primordial estivesse voltado para os mercados asiáticos. A crescente perda de espaço no comércio asiático fez o governo português adotar uma postura

mais incisiva para o caso da América. Assim, em 1549 estabeleceu-se o governo geral, sob a direção de Tomé de Souza (1549-1553), que envidou esforços para superar o período de incertezas que então se vivia. Desse modo, a partir de 1570, ao final do governo de Mem de Sá, pode-se falar que a colonização portuguesa na América estava consolidada.

Assistiu-se, então, à expansão das áreas açucareiras, que passaram a cobrir parcelas cada vez maiores da chamada Zona da Mata nordestina. Mais tarde, a atividade expandiu-se para o sul, encontrando na região de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, nova área privilegiada de cultivo. Observou-se, ainda, o surgimento de outras áreas de ocupação, como o Maranhão e o Pará no século XVII, e a ilha de Santa Catarina e o Rio Grande em finais do século XVII e princípios do século XVIII. Mas foi com a descoberta de ouro e diamantes, a partir da última década do século XVII e primeiras do século XVIII, que aconteceu a exploração e definitiva incorporação do interior do continente americano. Até meados do século XVIII, os portugueses percorreram e povoaram amplas regiões situadas ao oeste, além de explorarem e se estabelecerem em regiões longínquas do vale do Amazonas. Estavam dados, em linhas gerais, os contornos da colônia portuguesa que depois seriam incorporados pelo Estado nacional brasileiro a partir da ruptura política da década de 1820. Já como país independente, o Brasil continuou a receber contingentes de população europeia, mas foi a partir da década de 1880 que esse movimento começou a assumir os contornos de uma imigração de massas. Até meados do século seguinte, continuaram a chegar amplos contingentes, acrescidos após 1908 daqueles de origem asiática.

Ironicamente, estimar a imigração europeia para a América portuguesa é mais difícil que estimar o tráfico de escravos. Como não havia registros sistemáticos da vinda de portugueses para a região, é impossível quantificar esse volume, embora se possa tentar estabelecer alguma ordem de grandeza. Aqui, tomo como base as estimativas de emigração portuguesa elaboradas por Vitorino de Magalhães Godinho (1978) e utilizadas por Stanley Engerman e João César das Neves (1997). Elas apontam para partidas anuais de cerca de 3.500 portugueses ao longo do século XVI, número que avança para 6.000 entre 1620 e 1640, recua para 2.500 entre 1640 e 1700, avança novamente para algo entre 8.000 e 10.000 pessoas por ano de 1700 a 1760 e recua a 3.000 pessoas no final do século XVIII. Na pri-

meira metade do século XIX, esse total anual estaria entre 4.000 e 4.500 emigrantes. O Brasil não era o único destino desses emigrantes, embora fosse o predominante a partir de meados do século XVII, com especial importância no século XVIII. Além disso, essa imigração colonial era fortemente orientada para o retorno, ainda que ele nem sempre acontecesse. Finalmente, deve-se levar em conta que havia uma pequena imigração à América portuguesa de pessoas oriundas de outros estados europeus, embora isso não fosse muito bem-visto pelo Estado português. Esses dados, portanto, podem ser tomados como o teto para o volume total de emigrantes portugueses para o Brasil. A Tabela 7 condensa essas estimativas por séculos, interrompendo na década de 1850 para se ter uma melhor comparação com o tráfico de escravos. Nesse caso, fica evidente o descompasso entre o enorme volume de africanos aportando no Brasil em face do modesto contingente de indivíduos saindo de Portugal.

Tabela 7 – Volume da emigração portuguesa (1530-1850)

Século	Total
XVI (1530-1600)	248.500
XVII (1601-1700)	340.000
XVIII (1701-1800)	660.000
XIX (1801-1850)	120.000
Total	1.368.500

Fonte: Godinho (1978); Engerman e Neves (1997).

Com a independência política brasileira, temos evidências mais diretas sobre a imigração para o país. Os dados não são muito confiáveis para os períodos anteriores a 1850, tornando-se melhores nas décadas finais do século XIX. Além do evidente sub-registro, temos problemas com a dificuldade em captar as saídas. Ao contrário dos africanos escravizados, que aqui eram forçados a permanecer, os migrantes europeus podiam retornar à Europa ou imigrar novamente para outros países das Américas. Embora conheçamos esses processos a partir de abordagens mais qualitativas, não temos estatísticas confiáveis de saída de estrangeiros.

Na Tabela 8, apresento o volume de imigrantes por década e depois somados em grupos maiores, extrapolando o corte cronológico e indo até

1950. Essas estimativas se baseiam em três fontes principais. A primeira delas é a tabela denominada “Movimento imigratório no Brasil de 1820 a 1907”, publicada no *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908* (DGE, 1908, p. 82-85). Os dados entre 1820 e 1850 estão claramente subestimados, com diversos anos em que não se registra a entrada de nenhum estrangeiro. Para melhorar essas estatísticas e acrescentar dados anteriores a 1820, utilizei os totais anuais de portugueses entrando no Brasil, encontrados na base de dados “Movimento de portugueses no Brasil, 1808-1842”, disponibilizada *online* pelo Arquivo Nacional.¹⁴ Embora esses dados cubram apenas o porto de Rio de Janeiro, ele parece ser a porta de entrada principal dos portugueses no Brasil na primeira metade do século XIX.¹⁵ Os dados posteriores a 1883 foram retirados da tabela intitulada “Movimento da População. II – Imigração, 1884-1953”, do *Anuário Estatístico do Brasil* de 1954 (IBGE, 1954, p. 59).

Tabela 8 – Volume da imigração europeia (Brasil, 1850-1920)

Ano		Total
	1811-1820	1.695
	1821-1830	9.172
	1831-1840	13.381
	1841-1850	7.874
1821-1850		32.122
	1851-1860	121.744
	1861-1870	97.571
	1871-1880	219.126
	1881-1890	525.086
	1891-1900	1.129.315
1851-1900		2.092.842
	1901-1910	671.351
	1911-1920	797.744

(continua)

¹⁴ Disponível: <<http://www.an.gov.br/baseluso/menu/menu.php>>. Acesso em: 16 maio 2024.

¹⁵ Como exemplo das pequenas entradas registradas em outros portos, cite-se o caso de Belém do Pará, para onde foi encontrada uma média de 17 solicitações anuais de passaportes de portugueses entre os anos de 1808 e 1821 (Vieira Jr.; Barroso, 2010, p. 201).

Tabela 8 – Volume da imigração europeia (Brasil, 1850-1920)

Ano		Total
	1921-1930	840.215
	1931-1940	288.607
	1941-1950	131.128
1901-1950		2.729.045
Total		4.854.009

Obs.: após 1908, estão incluídos os imigrantes japoneses.
Fontes: DGE (1908, p. 82-85); IBGE (1954, p. 59).

Tanto os dados do *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908* quanto os do *Anuário Estatístico do Brasil* de 1954 são as fontes clássicas dos estudos de imigração para o Brasil, sendo utilizados por autores como Maria Stella Ferreira Levy (1974), Thomas Merrick e Douglas Graham (1981), e Nathaniel Leff (1991).¹⁶ Entretanto, como afirmei antes, eles estão claramente subestimados para o período de 1820 a 1850. Como os estudos quantitativos sobre a imigração para o Brasil se concentram no período da chamada migração de massas (década de 1880 em diante), esse lapso nos dados dos períodos anteriores tem recebido pouca atenção nas abordagens demográficas. Ao acrescentar os dados brutos da entrada de portugueses pelo porto do Rio de Janeiro, tento minimizar esse efeito, embora reconheça que esse é um campo de pesquisa a se avançar, com trabalhos arquivísticos mais exaustivos e com a inclusão de dados de outros portos brasileiros.

Para a primeira metade do século XIX, o volume de imigrantes europeus é inferior ao volume de africanos que foram traficados na primeira metade do século. O auge da imigração europeia ocorre na última década do século XIX, mas as três primeiras décadas do século XX mantêm um volume elevado de chegadas, incluindo aí a imigração japonesa; desse modo, a primeira metade do século XX apresenta o maior volume de imigrantes livres da história brasileira. Deve-se ressaltar que, obviamente, as taxas de imigração são inferiores porque a população brasileira era muito superior às dos períodos anteriores, como veremos adiante.

¹⁶ Leff (1991) utiliza o trabalho de Ferenczi e Wilcox (1929), mas a fonte deste último trabalho são as mesmas tabelas do *Boletim* e do *Anuário*.

3. A imigração como componente do crescimento populacional brasileiro

Tomando as estimativas anuais de população para o período de 1808 a 1920 que apresentei no item anterior, podemos colocá-las lado a lado com as estimativas de imigração anual, tanto de escravizados quanto de livres, para podermos calcular uma taxa bruta de imigração. Enfatizo mais uma vez que, como não temos dados de saídas de população, não podemos saber o saldo migratório exato, embora saibamos que a grande maioria desses indivíduos permaneceu no país. Comparando essa taxa migratória com o crescimento anual, podemos perceber o que seria a contribuição da migração como componente do incremento populacional. A Tabela 9 combina essas variáveis. A primeira coluna apresenta a migração de livres para o Brasil; a segunda coluna, a migração forçada de africanos escravizados; e a combinação de ambas na composição do total de migrantes está na terceira coluna. Temos também os totais anuais da população, obtidos com as taxas de crescimento anual aplicadas aos anos entre os dados obtidos (1808, 1835, 1850, 1872, 1890 e 1920). Esses totais obviamente são uma simplificação, já que pressupõem um crescimento linear entre espaços temporais muito longos (em torno de duas décadas). De todo modo, serão tomados aqui como uma aproximação possível para podermos calcular as taxas brutas de imigração ao longo do período em estudo. Subtraindo a taxa de imigração da taxa de crescimento anual da população, temos um indicador do que seria o “crescimento natural”, ou seja, o saldo entre nascimentos e mortes. A evidência principal é a centralidade da imigração na composição populacional brasileira, mas sobretudo a imigração forçada de africanos. Discuto a seguir os achados, dividindo entre dois momentos: durante a vigência do tráfico transatlântico de cativos; e, após o fim do tráfico, com o crescimento e auge da imigração livre.

3.1 A imigração durante a vigência do tráfico transatlântico (1808-1856)

Observando o total de imigrantes, podemos perceber que, enquanto durou o tráfico, ele contribuiu de forma muito relevante no crescimento anual da população. Até 1850, o total anual de africanos entrando no Brasil quase sempre esteve acima de 30 mil indivíduos. As exceções foram os anos de 1831, 1832, 1833 e 1834, quando o tráfico arrefeceu momen-

taneamente por temor de que o tratado assinado com os ingleses fosse de fato implementado. Isso implicou uma taxa bruta de imigração quase sempre superior a 1,5% até pelo menos 1840, quando ela se reduziu para menos de 1% até 1845. Em 1846, a taxa subiu para 1,03%, chegando a 1,25% em 1847 e 1,19% em 1848. Esses foram os dois anos de maior volume de entrada de africanos no Brasil, com mais de 80 mil indivíduos escravizados. Ademais, o ano de 1847 aparece nas estatísticas governamentais com um total de 2.350 imigrantes europeus, elevando ainda mais a taxa bruta de imigração.¹⁷ O ano de 1849 ainda apresentou grande volume de entrada de africanos escravizados, com quase 61 mil indivíduos e uma taxa de 1,06%, mas a partir do ano de 1850 houve um recuo abrupto do tráfico até a sua completa extinção nos anos seguintes da década de 1850. Como consequência, as taxas brutas de imigração recuaram a menos de 0,3% ao ano, e assim permaneceram até o final da década de 1880 quando a imigração europeia começou a assumir maiores proporções.

Esses valores, confrontados com o crescimento anual apurado para esses anos, resultam em um “crescimento natural” muito reduzido. Ele é inferior a 1% até 1830, com alguns anos de taxa negativa. Eleva-se a mais de 1,2% na década de 1830 (exceto nos anos de 1835 a 1837), voltando a ser superior a 1,5% até o final do tráfico (com a exceção dos anos de 1847 e 1848) em que o tráfico atingiu o seu ápice de entrada anual de cativos. Deve-se ressaltar que as taxas negativas do que estou chamando de “crescimento natural” são decorrentes da escassez de informações sobre a população total, já que ela foi estimada pela interpolação de valores muito distantes no tempo. Como não temos evidências de crises de mortalidade no Brasil nesse período, nem mudanças na sua estrutura etária para além daquelas provocadas pela própria imigração, o que na realidade deve ter acontecido são variações anuais do total populacional, ajustando-se o crescimento vegetativo com o fluxo migratório que era variável a cada ano. Portanto, é difícil subestimar a contribuição da entrada de africanos para o crescimento populacional brasileiro no período.

¹⁷ Esse dado pode estar relacionado com a experiência de vinda de colonos europeus para a Fazenda Ibicaba, do Senador Vergueiro, que se inicia no ano de 1847; entretanto, os números não são semelhantes e essa correlação mereceria melhores investigações.

3.2 A imigração livre (1857-1920)

Quando cessou o tráfico transatlântico de cativos, assistiu-se a um progressivo aumento do volume de entrada de outros imigrantes (certamente europeus), mas que não se compara com o que se via em termos de fluxo migratório antes da proibição da entrada de africanos. É difícil dizer até que ponto esse incremento foi real ou fruto de uma melhoria do registro de entrada de estrangeiros no país. De todo modo, os valores absolutos praticamente se mantiveram abaixo dos 20 mil indivíduos até o ano de 1875 (exceto nos anos de 1859 e 1874). Entre 1876 e 1886, a imigração cresceu, mas raramente superou a barreira dos 30 mil indivíduos. Em função disso, a taxa bruta de imigração reduziu-se a níveis inferiores a 0,3% e, conseqüentemente, o “crescimento natural” passou a corresponder a quase todo o valor do crescimento anual total.

A partir de 1887, iniciou-se a era de ouro da imigração europeia para o Brasil. Nesse ano, entraram no Brasil cerca de 55 mil estrangeiros. No ano seguinte o volume chegou a 132 mil, caiu para 65 mil em 1889, mas até 1897 foi quase sempre superior a 100 mil indivíduos. Entre 1898 e 1910, o volume recuou para menos de 100 mil estrangeiros por ano, mas entre 1911 e 1913 os valores voltaram a superar os 100 mil. O ápice ocorreu em 1913, quando o Brasil recebeu 190 mil estrangeiros (agora incluindo os japoneses, desde 1908). Depois desse momento, a Primeira Guerra Mundial reduziu drasticamente os contingentes migratórios, e somente nos anos 1920 a imigração voltou a crescer. O que considero fundamental de se perceber, todavia, é que raramente a taxa bruta dessa imigração livre superou a barreira de 1%. Apenas no ápice migratório de 1891 ela chegou a 1,46%, e em 1895 ela alcançou a marca de 1,01% ao ano; nessa mesma conjuntura, a população brasileira crescia acima de 2,5% ao ano. Conseqüentemente, nesse período o principal contributo ao crescimento da população brasileira foi o saldo entre nascidos e mortos no território nacional.

Tabela 9 – Taxa Bruta de Imigração (Brasil, 1808-1920)

Ano	Imigração para o Brasil			População Total	Taxa de imigração	Taxa de crescimento	“Crescimento natural”
	Livre	Escrava	Total				
					(2)	total (1)	(1)-(2)
1808	0	26548	26.548	2.424.463	1,10	1,83	0,73
1809	1	34028	34.029	2.468.831	1,38	1,83	0,45
1810	0	55955	55.955	2.514.010	2,23	1,83	-0,40
1811	1	44065	44.066	2.560.017	1,72	1,83	0,11
1812	2	49515	49.517	2.606.865	1,90	1,83	-0,07
1813	0	42586	42.586	2.654.571	1,60	1,83	0,23
1814	1	44062	44.063	2.703.149	1,63	1,83	0,20
1815	0	41773	41.773	2.752.617	1,52	1,83	0,31
1816	1	46878	46.879	2.802.990	1,67	1,83	0,16
1817	2	48961	48.963	2.854.284	1,72	1,83	0,11
1818	3	54497	54.500	2.906.518	1,88	1,83	-0,05
1819	3	46776	46.779	2.959.707	1,58	1,83	0,25
1820	1.682	44501	46.183	3.013.870	1,53	1,83	0,30
1821	11	47039	47.050	3.069.024	1,53	1,83	0,30
1822	29	56321	56.350	3.125.187	1,80	1,83	0,03
1823	79	36159	36.238	3.182.378	1,14	1,83	0,69
1824	126	39696	39.822	3.240.615	1,23	1,83	0,60
1825	909	43570	44.479	3.299.918	1,35	1,83	0,48
1826	947	61468	62.415	3.360.307	1,86	1,83	-0,03
1827	1.088	61817	62.905	3.421.801	1,84	1,83	-0,01
1828	2.060	62073	64.133	3.484.420	1,84	1,83	-0,01
1829	2.412	76145	78.557	3.548.184	2,21	1,83	-0,38
1830	1.511	51624	53.135	3.613.116	1,47	1,83	0,36
1831	844	5877	6.721	3.679.236	0,18	1,83	1,65
1832	276	9398	9.674	3.746.566	0,26	1,83	1,57
1833	544	13450	13.994	3.815.128	0,37	1,83	1,46
1834	987	18904	19.891	3.884.945	0,51	1,83	1,32
1835	1.599	37522	39.121	3.972.723	0,98	1,83	0,85

(continua)

Tabela 9 – Taxa Bruta de Imigração (Brasil, 1808-1920)

Ano	Imigração para o Brasil			População Total	Taxa de imigração	Taxa de crescimento	“Crescimento natural”
	Livre	Escrava	Total				
					(2)	total (1)	(1)-(2)
1836	2.392	57115	59.507	4.078.000	1,46	2,65	1,19
1837	2.077	62021	64.098	4.186.067	1,53	2,65	1,12
1838	1.595	57209	58.804	4.296.998	1,37	2,65	1,28
1839	1.530	58967	60.497	4.410.868	1,37	2,65	1,28
1840	1.537	37930	39.467	4.527.756	0,87	2,65	1,78
1841	1.634	28701	30.335	4.647.742	0,65	2,65	2,00
1842	568	27347	27.915	4.770.907	0,59	2,65	2,06
1843	694	36320	37.014	4.897.336	0,76	2,65	1,89
1844	0	30185	30.185	5.027.116	0,60	2,65	2,05
1845	53	23796	23.849	5.160.334	0,46	2,65	2,19
1846	435	54238	54.673	5.297.083	1,03	2,65	1,62
1847	2.350	65654	68.004	5.437.456	1,25	2,65	1,40
1848	28	66336	66.364	5.581.548	1,19	2,65	1,46
1849	40	60682	60.722	5.729.459	1,06	2,65	1,59
1850	2.072	34239	36.311	5.913.192	0,61	2,65	2,04
1851	4.425	6014	10.439	6.053.926	0,17	2,38	2,21
1852	2.731	984	3.715	6.198.010	0,06	2,38	2,32
1853	10.935	0	10.935	6.345.523	0,17	2,38	2,21
1854	9.186	0	9.186	6.496.546	0,14	2,38	2,24
1855	11.798	0	11.798	6.651.164	0,18	2,38	2,20
1856	14.008	320	14.328	6.809.461	0,21	2,38	2,17
1857	14.244		14.244	6.971.527	0,20	2,38	2,18
1858	18.529		18.529	7.137.449	0,26	2,38	2,12
1859	20.114		20.114	7.307.320	0,28	2,38	2,10
1860	15.774		15.774	7.481.235	0,21	2,38	2,17
1861	13.003		13.003	7.659.288	0,17	2,38	2,21
1862	14.295		14.295	7.841.579	0,18	2,38	2,20
1863	7.642		7.642	8.028.209	0,10	2,38	2,28

(continua)

Tabela 9 – Taxa Bruta de Imigração (Brasil, 1808-1920)

Ano	Imigração para o Brasil			População Total	Taxa de imigração	Taxa de crescimento	“Crescimento natural”
	Livre	Escrava	Total		(2)	total (1)	
					(2)	total (1)	(1)-(2)
1864	9.578		9.578	8.219.280	0,12	2,38	2,26
1865	6.452		6.452	8.414.899	0,08	2,38	2,30
1866	7.699		7.699	8.615.173	0,09	2,38	2,29
1867	10.902		10.902	8.820.214	0,12	2,38	2,26
1868	11.315		11.315	9.030.136	0,13	2,38	2,25
1869	11.527		11.527	9.245.053	0,12	2,38	2,26
1870	5.158		5.158	9.465.085	0,05	2,38	2,33
1871	12.434		12.434	9.690.354	0,13	2,38	2,25
1872	19.219		19.219	9.975.841	0,19	2,38	2,19
1873	14.742		14.742	10.176.355	0,14	2,01	1,87
1874	20.332		20.332	10.380.900	0,20	2,01	1,81
1875	14.590		14.590	10.589.556	0,14	2,01	1,87
1876	30.747		30.747	10.802.406	0,28	2,01	1,73
1877	29.468		29.468	11.019.535	0,27	2,01	1,74
1878	24.456		24.456	11.241.027	0,22	2,01	1,79
1879	22.783		22.783	11.466.972	0,20	2,01	1,81
1880	30.355		30.355	11.697.458	0,26	2,01	1,75
1881	11.548		11.548	11.932.577	0,10	2,01	1,91
1882	29.589		29.589	12.172.422	0,24	2,01	1,77
1883	34.015		34.015	12.417.088	0,27	2,01	1,74
1884	23.574		23.574	12.666.671	0,19	2,01	1,82
1885	34.724		34.724	12.921.271	0,27	2,01	1,74
1886	32.650		32.650	13.180.989	0,25	2,01	1,76
1887	54.932		54.932	13.445.926	0,41	2,01	1,60
1888	132.070		132.070	13.716.190	0,96	2,01	1,05
1889	65.165		65.165	13.991.885	0,47	2,01	1,54
1890	106.819		106.819	14.333.915	0,75	2,01	1,26
1891	215.239		215.239	14.696.563	1,46	2,53	1,07

(continua)

Tabela 9 – Taxa Bruta de Imigração (Brasil, 1808-1920)

Ano	Imigração para o Brasil			População Total	Taxa de imigração	Taxa de crescimento	“Crescimento natural”
	Livre	Escrava	Total		(2)	total (1)	
					(2)	total (1)	(1)-(2)
1892	85.906		85.906	15.068.386	0,57	2,53	1,96
1893	132.589		132.589	15.449.616	0,86	2,53	1,67
1894	60.182		60.182	15.840.492	0,38	2,53	2,15
1895	164.831		164.831	16.241.256	1,01	2,53	1,52
1896	157.423		157.423	16.652.160	0,95	2,53	1,58
1897	144.866		144.866	17.073.459	0,85	2,53	1,68
1898	76.862		76.862	17.505.418	0,44	2,53	2,09
1899	53.610		53.610	17.948.305	0,30	2,53	2,23
1900	37.807		37.807	18.402.397	0,21	2,53	2,32
1901	83.116		83.116	18.867.978	0,44	2,53	2,09
1902	50.472		50.472	19.345.338	0,26	2,53	2,27
1903	32.941		32.941	19.834.775	0,17	2,53	2,36
1904	44.706		44.706	20.336.594	0,22	2,53	2,31
1905	68.488		68.488	20.851.110	0,33	2,53	2,20
1906	72.332		72.332	21.378.643	0,34	2,53	2,19
1907	57.919		57.919	21.919.523	0,26	2,53	2,27
1908	90.536		90.536	22.474.087	0,40	2,53	2,13
1909	84.090		84.090	23.042.681	0,36	2,53	2,17
1910	86.751		86.751	23.625.661	0,37	2,53	2,16
1911	133.575		133.575	24.223.390	0,55	2,53	1,98
1912	177.887		177.887	24.836.242	0,72	2,53	1,81
1913	190.333		190.333	25.464.599	0,75	2,53	1,78
1914	79.232		79.232	26.108.854	0,30	2,53	2,23
1915	30.333		30.333	26.769.408	0,11	2,53	2,42
1916	31.245		31.245	27.446.674	0,11	2,53	2,42
1917	30.277		30.277	28.141.074	0,11	2,53	2,42
1918	19.793		19.793	28.853.044	0,07	2,53	2,46
1919	36.027		36.027	29.583.026	0,12	2,53	2,41

(continua)

Tabela 9 – Taxa Bruta de Imigração (Brasil, 1808-1920)

Ano	Imigração para o Brasil			População Total	Taxa de imigração	Taxa de crescimento	“Crescimento natural”
	Livre	Escrava	Total		(2)	total (1)	
1920	69.042		69.042	30.635.605	0,23	2,53	2,30
Total	3.594.060	1.909.266	5.503.326				

Fontes para imigração livre: 1808-1842 (apenas portugueses): Arquivo Nacional (<<http://www.an.gov.br/baseluso/menu/menu.php>>).

1820-1883: DGE (1908, p. 82-85).

1884-1920: IBGE (1954, p. 59).

Fonte para tráfico de escravos: <<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>>.

4. Conclusões

Como conclusões principais, quero enfatizar alguns pontos que já apareceram ao longo do texto, mas que merecem ser reforçados como contribuições principais dos achados aqui apresentados:

1. A imigração é um componente fundamental para se compreender o evoluir da população brasileira ao longo do século XIX, mas sobretudo na primeira metade do século;
2. Nessa conjuntura em que a imigração mais contribuiu para o crescimento populacional, ela foi basicamente de africanos escravizados. Nem sempre fica muito clara a importância demográfica desse contingente populacional e o enorme peso relativo que ele teve enquanto perdurou o tráfico no século XIX, e espero que este trabalho sirva para ressaltar tal perspectiva;
3. Embora a migração europeia (e depois asiática) para o Brasil possa ter tido uma grande visibilidade na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX, ela não teve o mesmo impacto demográfico da migração forçada de africanos, já que incidiu sobre um estoque populacional muito maior do que aquele que havia enquanto vigorou o tráfico transatlântico de escravos. Por isso a taxa de imigração de livres será predominantemente inferior à taxa observada em relação ao tráfico de africanos cativos.

Finalmente, cabe destacar que a precariedade dos dados torna bastante difícil fazer afirmações enfáticas. As evidências de que o censo de 1890 subestimou e o de 1920 superestimou a população brasileira dificultam perceber com maior exatidão como a imigração europeia de fato impactou a demografia do país. A escassez de dados confiáveis sobre a imigração livre na primeira metade do século XIX é uma lacuna a ser suprida por pesquisas arquivísticas específicas. E há a dificuldade de estabelecer estimativas de crescimento natural por dados diretos ou métodos indiretos que não sejam pelas estimativas populacionais totais. Independentemente desses constrangimentos, creio que foi possível chegar a um aperfeiçoamento das estatísticas populacionais e do componente migratório na dinâmica demográfica nesse momento em que se completaram dois séculos da independência política do Brasil.

Referências

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANÔNIMO. Memoria estatística do Império do Brasil, oferecida ao Marquez de Caravelas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 58, n. 1, p. 91-99, 1895.

BALHANA, A. P. A população. In: SILVA, M. B. N. da (Org.). *O império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 19-62, 1986.

BARMAN, R. *Brazil: the forging of a nation, 1798-1852*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

BOTELHO, T. R. *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo: USP, 1998 (Tese de Doutorado da USP).

BOTELHO, T. R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 17, n.1, p. 321-341, 2005.

BOTELHO, T. R. A população brasileira em 1850: uma estimativa. *Economia e Políticas Públicas*, v. 7, p. 135-165, 2019.

BOTELHO, T. R. Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia. In: SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (orgs.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, p.265-287, 2010.

CAMARGO, A. de P. R. Dimensões da nação: uma análise do discurso estatístico da diretoria geral de estatística (1872-1930). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 30, p. 79-97, 2015.

CAMARGO, A. de P. R. *A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016 (Tese de Doutorado da UFRJ).

CARRARA, A. A. The population of Brazil, 1570-1700: a historiographical review. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 20, p. 1-21, 2014.

COSTA, I. del N. da. *Populações mineiras: sobre a estrutura populacional de alguns núcleos mineiros no alvorecer do século XIX*. São Paulo: IPE-USP, 1981.

CURTIN, P. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: University of Wisconsin Press, 1969.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1908.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). *Recenseamento do Brasil de 1920. Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. São Paulo: IPE/USP, 1986. (Edição fac-similar, 1ª ed., 1923)

ELTIS, D. *The rise of African slavery in the Americas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

ENGERMAN, S. L.; NEVES, J. C. das. The bricks of an empire, 1415-1999: 585 years of Portuguese emigration. *The Journal of European Economic History*, v. 26, n. 3, p. 471-510, 1997.

FERENCZI, I.; WILCOX, W. *International migrations*, v. 1: statistics. New York: National Bureau of Economic Research, 1929.

FLORENTINO, M. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

FURTADO, B. A.; BOTELHO, T. R.; CASTRO, J. F. M. Dimensões espaciais da desigualdade social: Minas Gerais (Brasil) no século XIX. In: BOTELHO, T. R.; LEEUWEN, M van (Org.). *Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, p. 225-242, 2010.

GODINHO, V. M. L'émigration portugaise (XVe-XXe siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social*, v. 1, p. 5-32, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Anuário Estatístico do Brasil – 1954*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

JOHNSON, H. B. 1998. A colonização portuguesa no Brasil, 1500-1580. In: BETHELL, L. (Org.). *História da América Latina*. Volume 1: América Latina colonial. São Paulo: Edusp, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, p. 241-281, 1998.

KLEIN, H. *The Atlantic slave trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

LEFF, N. *Subdesenvolvimento e desenvolvimento no Brasil*, v. 1: estrutura e mudança econômica, 1822-1847. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991.

LEVY, M. S. F. O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). *Revista de Saúde Pública*, v. 8 (suplemento), p. 49-90, 1974.

MALTE-BRUN. *Traité Élémentaire de Géographie*. Bruxelas: 1830.

MARCILIO, M. L. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1974a.

MARCILIO, M. L. Evolução da população brasileira através dos censos até 1872. *Anais de História*, v. 6, p. 115-138, 1974b.

MARCILIO, M. L. A população do Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*, v. 2: América Latina Colonial. São Paulo, Brasília: Edusp, FUNAG, p. 311-339, 1999.

MARCILIO, M. L. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA Iraci Del Nero da (Org.). *História econômica e demográfica*. São Paulo: FIPE-USP, p. 11-27, 1986.

MARCILIO, M. L. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista, 1700-1836*. São Paulo: Edusp, Hucitec, 2000.

MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. H. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MONASTERIO, L M.; REIS, E. J. Mudanças na concentração espacial das ocupações nas atividades manufatureiras do Brasil, 1872-1920. In: BOTELHO, T. R.; LEEUWEN. M. van (Org.). *Desigualdade social na América do Sul: perspectivas históricas*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, p. 243-274, 2010.

MORTARA, G. Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a

reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. V. Retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil, constante dos censos, e cálculo dos óbitos, dos nascimentos e das variações dessa população no período 1870-1920. *Revista Brasileira de Estatística*, v. 2, n. 5, p. 39-60, 1941.

PAIVA, C. A.; CARVALHO, J. A. M. de; LEITE, V. da M. Demografia. IBGE. In: *Estatísticas históricas do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 19-52, 1990.

PAIVA, C. A.; RODARTE, M. M. S. Dinâmica demográfica e econômica (1830-1870). In: RESENDE, M. E. L. de; VILLALTA, L. C. (Org.). *História de Minas Gerais: a Província de Minas*. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, p. 271-293, 2013.

REIS, E. J. Spatial income inequality in Brazil, 1872-2000. *Economia*, v. 16, n. 1, p. 119-140, 2014.

RODRIGUES, F. C. *Traços da economia social e política do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Ariel, 1935.

SCHWARTZ, S. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, Brasília (DF): CNPq, 1998.

SENRA, N. C. *Uma breve história das estatísticas brasileiras: 1822-2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

SENRA, N.C. *Estatísticas desejadas: 1822-c.1889*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a.

SENRA, N.C. *Estatísticas legalizadas: c.1889-c.1936*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.

SENRA, N.C. *Estatísticas organizadas: c.1936-c.1972*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SILVA, J. N. de S. e. *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. São Paulo: IPE/USP, 1986. (Edição fac-similar, 1ª ed., 1870)

VIEIRA JUNIOR, A. O.; BARROSO, D. S. Histórias de “movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 27, p. 193-210, 2010.